

Guardião do Convento não aceita a cobrança de taxa

Cyro Denaday/Arquivo



Fiéis já colaboram com o Convento, diz guardião

Frei Sílvio acha que recurso para manutenção do santuário deverá vir de empresas

O guardião do Convento da Penha, frei Sílvio Tadeu Mascarenhas, não aceita a cobrança da taxa a visitantes e fiéis, como propôs o Conselho Estadual de Cultura (CEC). Para ele, o Convento da Penha, em Vila Velha, não é só um monumento histórico, mas também religioso, o que inviabiliza a medida.

Até ontem frei Sílvio não havia recebido ainda o ofício do CEC propondo a cobrança da taxa aos visitantes. O objetivo da proposta é a manutenção e preservação da área do santuário. Mas o frei já adiantou que, enquanto for guardião do Convento, esta prática não será adotada.

Na sua opinião, existem outras maneiras de buscar recursos para a manutenção do Convento, como a ajuda de empresas e do Estado, que iniciou em fevereiro as reformas de toda a área do santuário.

No entanto, apesar de ter convênio com várias empresas, que repassaram 550 mil BTN's (Cr\$ 36,6 milhões), o Estado ainda necessita de Cr\$ 45,7 milhões para complementar as obras, que deveriam ser concluídas até janeiro.

Segundo Frei Sílvio, atualmente a manutenção é feita através de colaboração de fiéis, da ajuda do Estado e de convênios com empresas. "Mas o repasse dos recursos é moroso", criticou.

As últimas reformas realizadas no Convento da

Penha foram em 1980 (pisso) e em 1984 (troca do assoalho). Este ano estão ocorrendo a substituição do reboco e a pintura interna e externa do imóvel.

NOBRE

Para a subsecretária de Estado do Interior e coordenadora do Programa de Restauração do Convento da Penha, Lígia Paoiello de Freitas, a proposta do CEC é nobre. "Mas o convento é uma igreja e deve ser mantido aberto ao público".

Ela ressaltou, no entanto, que caberia à Província Franciscana aprovar ou não o projeto, de autoria da conselheira do CEC, Suzana Villaça. A conselheira teve apoio de quatro dos sete conselheiros presentes no dia 9 deste mês, quando o projeto foi aprovado.

Ao apresentar o projeto, Villaça argumentou que a cobrança de taxas é feita em outras cidades brasileiras que possuem patrimônios históricos e culturais como Ouro Preto, em Minas Gerais. A intenção da autora é que se criasse um estacionamento pago na área do Convento ou uma taxa voluntária para visitação.

O projeto não definiu o valor nem a forma de cobrança, o que ficaria a cargo dos freis franciscanos e do grupo responsável pela restauração do Convento, formado pelo Departamento Estadual de Cultura, Província Franciscana Imaculada Conceição do Brasil, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Secretaria Nacional de Cultura.

AJ 01547 Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca